



## A luta pela terra e pelo território: uma andança pelo sudoeste goiano

## The struggle for land and territory: a walk through southwestern Goiás

Murilo Mendonça Oliveira de Souza \* 

Ana Cecília de Andrade Rego \* 

Eduardo Bonfim de Oliveira \*\* 

Elissa da Costa Mattos \*\*\* 

Sara Carolina Batista Foggia \* 

### Resumo

O presente texto tem como objetivo geral apresentar reflexões sobre o avanço da degradação socioambiental no Cerrado em Goiás, assim como destacar processos de resistência de camponeses em luta pela terra, quilombolas em defesa de seus territórios, militantes e organizações de apoio. Os elementos e questões dispostas para análise resultam de experiência em trabalho de campo realizado por integrantes do Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo (GWATÁ) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), da Universidade Estadual de Goiás (UEG), entre os dias 7 e 10 de maio de 2024 no sudoeste do estado de Goiás. A experiência incluiu visita ao Acampamento Leonir Orback (Santa Helena de Goiás/GO), Parque Nacional das Emas (Chapadão do Céu e Mineiros/GO), Feira Agro Centro-Oeste Familiar e Comunidade Quilombola do Cedro (Mineiros/GO). As reflexões realizadas coletivamente nos direcionam, de forma geral, para a compreensão de que o agronegócio, enquanto modelo de produção, segue avançando violentamente sobre os bens naturais do Cerrado, assim como sobre os territórios de povos e populações tradicionais.

**Palavras-chave:** luta pela terra; território quilombola; campesinato; Cerrado.

### Abstract

The general objective of this text is to present reflections on the advance of socio-environmental degradation in the Cerrado in Goiás, as well as to highlight processes of resistance carried out by peasants in the struggle for land and on land, quilombolas in

\* Universidade Estadual de Goiás (UEG). Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo. Goiás, GO, Brasil. E-mails: [murilo.souza@ueg.br](mailto:murilo.souza@ueg.br); [acar@aluno.ueg.br](mailto:acar@aluno.ueg.br); [sara.foggia@aluno.ueg.br](mailto:sara.foggia@aluno.ueg.br)

\*\* Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo (GWATÁ), Goiás, GO, Brasil.  
E-mail: [dududubarro@gmail.com](mailto:dududubarro@gmail.com)

\*\*\* Universidade Estadual de Goiás (UEG). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Goiás, GO, Brasil.  
E-mail: [elissageo@gmail.com](mailto:elissageo@gmail.com)

defense of their territories, activists and support organizations. The elements and questions presented for analysis are the result of fieldwork carried out by members of the Center for Agroecology and Rural Education (GWATÁ) and the Graduate Program in Geography (PPGEO) at the State University of Goiás (UEG), between May 7 and 10, 2024, in the southwest of the state of Goiás. The experience included a visit to the Leonir Orback Camp (Santa Helena de Goiás/GO), the Emas National Park (Chapadão do Céu and Mineiros/GO), the Agro Centro-Oeste Family Fair and the Cedro Quilombo (Mineiros/GO). The reflections made collectively lead us, in general, to the understanding that agribusiness, as a production model, continues to advance violently on the natural assets of the Cerrado, as well as on the territories of traditional peoples and populations.

**Keywords:** struggle for land; quilombola territory; peasantry; Cerrado biome.

## Introdução

A luta pela terra e pelo território está na raiz da formação espacial brasileira. Desde o violento processo colonial de invasão das terras dos povos originários, passando pelo loteamento sesmarial do território, até a instituição do cativeiro da terra (Martins, 2010), povos indígenas, quilombolas e camponeses tiveram como única possibilidade a luta para acessar e/ou permanecer em suas terras de trabalho e vida. Embora, nas últimas décadas, tenha sido estabelecida uma tímida política de assentamentos rurais e demarcados alguns territórios indígenas e quilombolas, o avanço do agronegócio sobre as terras tradicionais se elevou significativamente.

As áreas de Cerrado, de forma geral, e o estado de Goiás, em particular, vivenciaram intensamente tal processo, uma vez que representaram uma das primeiras fronteiras de avanço do capital no campo, com a instituição da Revolução Verde e a modernização agrícola ou, como escreveu Graziano da Silva (1982), “modernização dolorosa”. A modernização foi também conservadora (Delgado, 2012), pois promoveu uma relativa incrementação técnica, mas conservou uma estrutura agrária arcaica, com a exclusão dos agricultores/as camponeses/as, a manutenção de grandes latifúndios e um intenso processo de degradação ambiental.

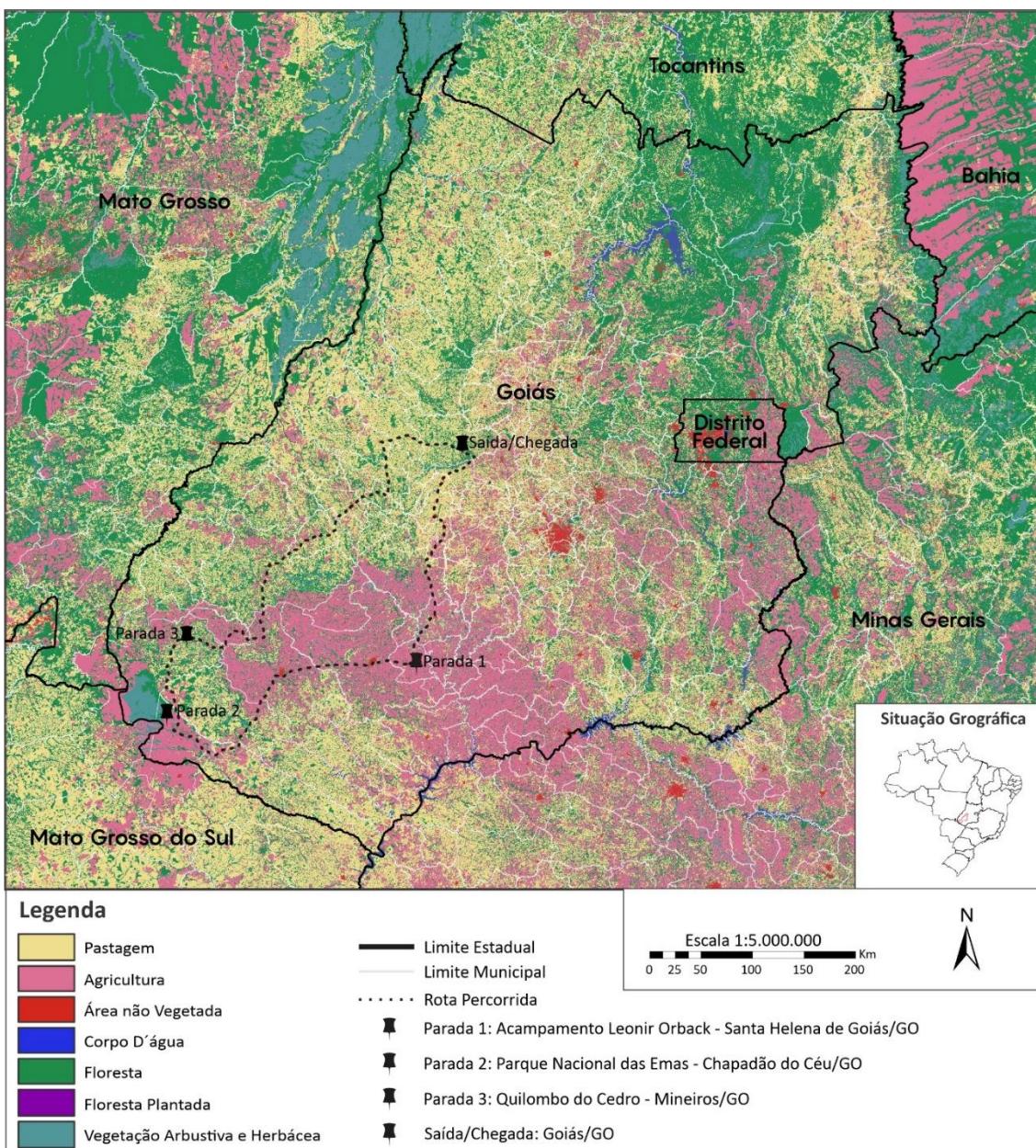
A modernização levada a cabo no Cerrado em Goiás pode ser entendida a partir de uma abordagem territorial, quando o território do Cerrado, ao se afirmar por uma economia de expansão teve como resultado a destruição do bioma (Chaveiro, 2020).

Daí que a categoria território se faz presente na empreitada analítica, pois ela explicita quem domina, apropria e ideologiza o Cerrado; explicita também as relações de forças que controlam as fitofisionomias, a água, o solo, o relevo, os minérios. Explicita, por fim, o que parece enunciar o mote central de uma análise totalizante do Cerrado: o fato de ser um importante corredor produtivo sob custas da degradação ambiental e da desigualdade social (Chaveiro, 2020, p. 3).

Nesse contexto, nas últimas décadas, vêm se intensificando a perda de vegetação natural de Cerrado, assim como a redução da diversidade biológica neste bioma. Os efeitos sobre a diversidade natural afetam, direta ou indiretamente, a vida de povos e populações tradicionais do Cerrado. Ao mesmo tempo, o avanço do modelo de produção calcado no agronegócio, caminha progressivamente sobre as terras e territórios de povos indígenas, quilombolas, camponeses e de povos e comunidades tradicionais.

No estado de Goiás, o avanço deste modelo produtivo tem impactado irreversivelmente o Cerrado e seus povos. O uso de sementes transgênicas, o elevado uso de agrotóxicos, a grilagem de terras, a ausência de políticas públicas de acesso à terra, a não demarcação de territórios quilombolas, entre outras questões, afetam diretamente o povo, que resiste em luta com sua base histórica cultural e com a produção de alimentos saudáveis. Considerando esta realidade, o presente texto tem como objetivo geral apresentar reflexões sobre o avanço da degradação socioambiental no Cerrado em Goiás, assim como destacar processos de resistências construídos por camponeses em luta pela terra, quilombolas em defesa de seus territórios, militantes e organizações de apoio.

A metodologia tem como base geral a vivência dos autores, nos últimos anos, no desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão, a partir do Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo (GWATÁ) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), da Universidade Estadual de Goiás (UEG) nas temáticas aqui abordadas. Especificamente, as reflexões apresentadas resultam de trabalho de campo, realizado entre os dias 7 e 10 de maio de 2024, quando percorremos o sudoeste do estado de Goiás, com pontos de parada e diálogo no Acampamento Leonir Orback (Santa Helena de Goiás/GO), Parque Nacional das Emas (Chapadão do Céu/GO e Mineiros/GO), Feira Agro Centro-Oeste Familiar e Comunidade Quilombola do Cedro (Mineiros/GO). O trajeto percorrido, a partir do município de Goiás/GO, é apresentado no Mapa 1, onde é possível observar, também, o uso e ocupação da terra, que nos ajuda a visualizar o avanço da monocultura e supressão da vegetação natural do Cerrado.

**Mapa 1** - Trajeto trabalho de campo sobre uso e ocupação da terra, estado de Goiás, 2025

**Fonte:** MapBiomas Brasil, 2022; Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), 2025.

**Elaboração:** Ana Cecília Andrade Rego, 2025.

No trajeto percorrido, durante o qual buscamos olhar o Cerrado a partir de uma abordagem territorial e da perspectiva da totalidade, utilizamos o Diário de Campo (Kroeff; Gavillon; Ramm, 2020) enquanto instrumento metodológico. As informações aí registradas provêm de observações da paisagem, rodas de conversa, caminhadas transversais, diálogos não formais e discussões problematizadoras entre os/as autores/as. O texto está organizado, além desta introdução e das considerações finais, em três partes,

referentes aos pontos principais de parada. Esperamos que as reflexões dispostas possam, de alguma forma, contribuir com o debate e a luta em defesa do Cerrado e dos Povos do Cerrado.

### **Acampamento Leonir Orback: a longa espera e resistência na luta pela terra**

A luta pela terra representa um capítulo histórico para o povo brasileiro. É uma questão não respondida, um problema não resolvido. Milhares de famílias sem-terra ainda permanecem acampadas, resistindo a todo tipo de violência, pelo sonho do acesso pleno à terra e a uma vida digna. Os acampamentos, estratégicos na luta camponesa pela terra, perpetuam-se durante anos, sem que qualquer política pública de acesso à terra seja efetivada. As famílias que ocupam o Acampamento Leonir Orback seguem, há quase 10 anos, em resistência e luta ininterrupta, sem que haja qualquer avanço quanto ao assentamento do grupo.

O Acampamento Leonir Orback, do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), está localizado no município de Santa Helena de Goiás/GO, contando com, aproximadamente, 170 famílias acampadas (Lopes, 2023). As famílias ocupam, desde 31 de julho de 2016, terras registradas em nome do *Grupo Naoum*, onde está instalada a Usina Santa Helena, produtora de açúcar e álcool. Esta Usina declarou falência em 2013 e está em processo de recuperação judicial desde 2016, em função de dívidas trabalhistas, fiscais e impactos ambientais, tendo uma dívida com a União de, pelo menos, R\$ 700 milhões (Souza 2016).

O decreto de falência da Usina Santa Helena é a prova cabal de que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é um movimento legítimo, que reivindica a reforma agrária no Brasil e que as terras da Usina devem ser destinadas para implantação de assentamentos rurais para as famílias ali acampadas (MST, 2019, não paginado).

Como disposto na citação, em nota emitida em 7 de novembro de 2019, o Movimento cobrava a destinação das terras da Usina Santa Helena para realização de reforma agrária e assentamento das famílias acampadas. No entanto, passados quase 10 anos da ocupação e mais de cinco anos da emissão da nota, as famílias continuam “debaixo de lona preta” e o problema sem resolução.

Em visita ao Acampamento Leonir Orback, realizada em 7 de maio de 2024 (Fotografias 1 e 2), pudemos dialogar com as famílias acampadas sobre sua contínua

resistência e luta pela reforma agrária. Nesta ocasião, a partir de uma roda de diálogo e uma caminhada transversal, para além de entender o processo de luta recente, foi também possível entender as estratégias políticas e produtivas de resistência, baseadas principalmente na agroecologia.

**Fotografias 1 e 2 – Visita e roda de conversa no Acampamento Leonir Orback, Santa Helena de Goiás/GO, 2024**



**Autoria:** Sara Carolina Batista Foggia, 7 de maio de 2024.

Com relação às violências, que são cotidianas contra as famílias acampadas, destacamos a contaminação química causada pelo uso indiscriminado de agrotóxicos nas lavouras de soja, milho e cana-de-açúcar que contornam o Acampamento.

A contaminação da água, além do agrotóxico que se espalha através do ar e se infiltra no solo, é experienciada no corpo das/os acampadas/os, por meio de dores de cabeça, cegueira, náuseas, diarreias, doenças cutâneas, infecções urinárias, intestinais e hepáticas, ansiedade, manchas pulmonares e falta de ar. A mortandade de peixes, antes alimento das famílias acampadas, também é um dos reflexos da contaminação das águas (Lopes, 2023, p. 24).

Em pesquisa realizada em 2023, nas águas utilizadas no Acampamento Leonir Orback, foram identificados cinco princípios ativos de agrotóxicos, a saber: 2,4D, Atrazina, Etofenprox, Fipronil e Glifosato (Lopes, 2023). Tais agrotóxicos são nocivos tanto para a vida humana quanto para o meio ambiente. Alguns deles, como o Fipronil, já foram banidos de vários locais, com destaque para a União Europeia.

A resistência das famílias acampadas, nesse contexto, ocorre de várias formas, entre elas com a produção agroecológica. Embora o processo produtivo seja dificultado em função da contaminação por agrotóxicos provenientes do entorno, está consolidado uma significativa produção de alimentos na reduzida área onde vivem os trabalhadores e trabalhadoras sem-terra. Em caminhada transversal, realizada em companhia das

lideranças do Acampamento, foi possível observar uma diversidade alimentar considerável, como: banana, mandioca, hortaliças (alface, couve, cebolinha, rúcula, acelga), abóbora, açafrão, abacaxi, feijão (Fotografias 3 e 4).

**Fotografias 3 e 4 – Produção e processamento alimentar no Acampamento Leonir Orback, Santa Helena de Goiás/GO, 2024**



**Autoria:** Sara Carolina Batista Foggia, 7 de maio de 2024.

Além da produção de alimentos para o autoconsumo, as famílias acampadas têm, também, processado e comercializado parte da produção, como farinhas, açafrão e doces. A comercialização dos produtos, ao mesmo tempo que gera renda e garante a permanência na luta, permite um diálogo direto com a população local e regional, ampliando a compreensão social da luta pela terra. No contexto de nosso trabalho de campo, nos encontramos com as famílias acampadas, novamente, na Feira Agro Centro-Oeste Familiar, na cidade de Mineiros, onde expuseram e comercializaram os produtos de seu trabalho. Na contramão da violência promovida pelo modelo de produção baseado no agronegócio, as famílias do Acampamento Leonir Orback resistem produzindo alimentos saudáveis. É urgente, contudo, que o acesso à terra seja garantido a essas famílias.

**Parque Nacional das Emas: qual o papel das Unidades de Conservação?**

O Parque Nacional das Emas (PNE) (Fotografias 5, 6 e 7), unidade de conservação integral, está localizado entre os estados de Goiás e Mato Grosso do Sul, abrangendo os municípios de Mineiros/GO, Chapadão do Céu/GO e Costa Rica/MS. Foi criado através do Decreto no. 49.874, de 11 de janeiro de 1961 e, posteriormente, revisto pelo Decreto

no. 70.375, de 6 de abril de 1972, com área de aproximadamente 132 mil hectares, tendo sido declarado, em 2001, Patrimônio Natural da Humanidade (ISA, 2025).

**Fotografias 5, 6 e 7 - Parque Nacional das Emas (PNE), Mineiros /Chapadão do Céu/GO, 2024**



**Autoria:** Murilo Mendonça Oliveira de Souza, 8 de maio de 2024.

A visita ao PNE, no trajeto percorrido, teve como objetivo obter elementos para refletir sobre a importância da criação de Unidades de Conservação no Cerrado e sobre as ameaças a que estes espaços de biodiversidade estão sujeitos. A supressão da vegetação no entorno do Parque tem se apresentado enquanto impacto importante. Em nossa atividade, realizada no dia 8 de maio de 2024, foi possível observar o contexto de preservação interno desta Unidade de Conservação, mas, também, a degradação causada pelo modelo produtivo do agronegócio na zona de amortecimento e entorno do Parque.

A retirada da vegetação circundante ao PNE, devido à grande expansão agrícola presente no Sudoeste Goiano, compromete a biota e o equilíbrio ecossistêmico do mesmo, já que impede a formação dos corredores de biodiversidade. Dessa forma, o Parque se torna uma área descontínua e, por isso, não consegue cumprir seu objetivo de elemento preservador do Cerrado (Soares; Santos; Silva, 2016, p. 111).

A Unidade de Conservação, no modelo em que está estabelecida, acaba por fragmentar as áreas vegetadas, impedindo a constituição de corredores ecológicos. As atividades antrópicas na zona de amortecimento do PNE constituem um potencial risco, tanto por queimadas como pela contaminação com agrotóxicos.

[...] a pressão do uso do solo ao redor na sua zona de amortecimento, a partir de atividades antrópicas, pode ser responsável pelo agravamento de focos de queimadas anualmente e constantes nos períodos de seca, que por vezes, devastam toda a Unidade de Conservação e sua biodiversidade (Soares; Santos; Silva, 2016, p. 114).

Da mesma forma, os efeitos ambientais do uso intensivo de agrotóxicos no entorno do PNE têm impactado de forma irreversível esta Unidade de Conservação. Entendemos ser necessária a consolidação de práticas sustentáveis na agricultura desenvolvida na área de amortecimento deste Parque, o que poderia amenizar os efeitos do agronegócio e, destacadamente, do avanço do fogo e dos agrotóxicos sobre essa área.

### **Comunidade Quilombola do Cedro: território e resistência ancestral**

A luta pela conquista dos territórios quilombolas remonta o período colonial e segue sem uma solução definitiva. Embora muitas áreas quilombolas tenham sido reconhecidas pela Fundação Palmares, são muito poucas áreas que, até o momento (2025), tiveram seu território titulado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Com relação específica à Comunidade Quilombola do Cedro, localizada em Mineiros/GO, de acordo com Ribeiro, Vargas e Lima (2024), a história da comunidade se inicia no ano de 1885 por meio da compra de terras na região por Francisco Antônio de Moraes, conhecido como “Chico Moleque”, contando atualmente com uma área total de 70 hectares e uma população, em 2022, de 157 pessoas.

[...] a principal atividade econômica da comunidade é a agricultura e criação de animais, existe também uma parcela de moradores que trabalham na área urbana do município de Mineiros em órgãos públicos ou no setor privado. Em 1998, os membros da comunidade criaram o Centro Comunitário de Plantas Medicinais, para a produção de medicamentos fitoterápicos (Ribeiro; Vargas; Lima, 2024, p. 241).

Embora tenhamos acompanhado esta comunidade em diferentes momentos na última década, na visita realizada durante este trabalho de campo, participamos de uma reunião aberta, organizada pela Associação do Quilombo do Cedro e o INCRA, que teve como objetivo reivindicar a titulação do território. Ainda que a comunidade tenha sido certificada pela Fundação Cultural Palmares em 2003, até o momento não se efetivou a titulação das terras. Nesse contexto, é essencial destacar que a comunidade ocupa um território muito menor do que aquele onde se territorializaram, visto que no decorrer do tempo parte de suas terras foram sendo invadidas e apropriadas ilegalmente. Além disso,

pudemos observar que há uma intensa pressão urbana sobre o território, assim como a intensificação de um modelo químico de agricultura, que coloca em risco o meio ambiente e a saúde da comunidade.

Após a realização de nossa atividade de campo, “[...] o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) publicou a Portaria nº 944, de 31 de dezembro de 2024, reconhecendo oficialmente o Território Quilombola Cedro” (INCRA, 2025, não paginado). Apesar do reconhecimento, as famílias ainda esperam a efetiva revisão e titulação de seu território.

### **Considerações Finais**

A imersão realizada em campo, pelo coletivo de autores/as do texto, permitiu visualizar e refletir sobre a questão agrária e a questão ambiental no Cerrado em Goiás. Os impactos socioambientais se multiplicam no território observado, com efeitos extremos sobre o meio ambiente e sobre os povos e populações tradicionais. No sudoeste goiano, avançou de forma predatória e violenta o modelo produtivo do agronegócio, questão que dá unidade aos espaços e territórios acessados nesta imersão em campo.

A experiência vivenciada apresenta uma série de questões a serem debatidas e aprofundadas, dispondo elementos importantes para novos estudos. Destacamos a violência colonial sofrida por famílias sem-terra acampadas, que se configura como uma guerra química, tendo em vista o intenso e elevado uso de agrotóxicos no modelo produtivo sustentado pelo agronegócio. No caso do Acampamento Leonir Orback, os efeitos da pulverização dos agrotóxicos, para além causar a intoxicação das pessoas, vêm também limitando a produção agroecológica, instrumento de resistência das famílias acampadas. Essa realidade nos indica a necessidade de estudos que identifiquem padrões e estratégias utilizadas na manutenção da desigualdade fundiária solidificada no país.

A questão dos povos escravizados, territorializados a partir de sua luta insurgente em várias partes do país, como é o caso da Comunidade Quilombola do Cedro, apresenta-se como um problema não resolvido. As ações avançam no sentido do reconhecimento de seus territórios, mas permanecem estancadas com relação à regularização, à titulação destas áreas. Tal situação fragiliza os territórios quilombolas brasileiros, os colocando à disposição de invasores e grileiros, que passam a demandar a posse das terras, iniciando

processos jurídicos intermináveis. Quais são os entraves jurídicos e políticos para a titulação dos territórios quilombolas? Está aí outra questão importante sobre a qual devemos dedicar tempo de pesquisa.

Os assuntos e indagações que apresentamos estão refletidos na realidade da questão agrária brasileira. As questões clássicas sobre a contradição política entre os conceitos de campesinato e agricultura familiar, a aproximação da questão agrária com a questão socioambiental, os agrotóxicos como instrumento renovado de uma colonização química, a inserção com maior intensidade da pauta indígena, quilombola e de populações e comunidades tradicionais, são todos elementos presentes no debate e na literatura agrária que fala ao país.

É necessário aproximarmos o labor científico da realidade concreta vivenciada por acampados/as, assentados/as, comunidades quilombolas, povos indígenas, entre outros sujeitos resistentes no campo brasileiro. Experiências como esta permitem a construção coletiva e valida os conhecimentos produzidos que, a partir daí, alcançam um maior potencial em contribuir com a transformação social. Esperamos ter semeado ideias que possam, de alguma forma, fortalecer a luta do povo.

### Agradecimentos

Agradecemos à Universidade Estadual de Goiás (UEG) que, por meio do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), apoiou o trabalho de campo realizado, do qual resulta este texto.

### Referências

CHAVEIRO, E. F. Por uma leitura territorial do Cerrado: o elo perverso entre produção de riqueza e desigualdade social. **Elisée - Revista de Geografia da UEG**, v. 9, n. 2, jul./dez. 2020.

DELGADO, G. C. A modernização conservadora da agricultura brasileira (1965-1985). In: DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio:** mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto alegre: UFRGS Editora, 2012. p.13-20.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa:** estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Comunidade Quilombola Cedro de Mineiros (GO) tem seu território reconhecido pelo Incra.** Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/noticias/reconhecida-como-territorio-quilombola-a-comunidade-cedro-em-mineiros-go>. Acesso em: 26 mar. 2025.

ISA - Instituto Socioambiental. **Unidades de Conservação no Brasil:** Parque Nacional das Emas. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/arp/1276>. Acesso em: 26 mar. 2025.

KROEFF, R. F. S.; GAVILLON, P. Q.; RAMM, L. V. Diário de Campo e a Relação do(a) Pesquisador(a) com o Campo-Tema na Pesquisa-Intervenção. **Estudos & Pesquisas em Psicologia**, v. 20, n. 2, Rio de Janeiro, maio/ago. 2020, p. 464-480. DOI: <https://doi.org/10.12957/epp.2020.52579>

LOPES, H. R. Vivendo em territórios contaminados: um dossiê sobre agrotóxicos nas águas de Cerrado. Palmas: APATO, 2023. Disponível em: <<https://campanhacerrado.org.br/images/biblioteca/dossie-agrotoxicos-aguas-cerrado.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2025.

MARTINS, J. de S. **O Cativeiro da terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MST-GO - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/Goiás. **Nota sobre decreto de falência da Usina Santa Helena (GO).** MST, 8 nov. 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/11/08/nota-sobre-decreto-de-falencia-da-usina-santa-helena-go/>. Acesso em: 26 mar. 2025.

RIBEIRO, L. I. S.; VARGAS, R. E. S.; LIMA, F. X. R. F. Território e memória coletiva: uma reflexão sobre o caso da comunidade quilombola do Cedro em Mineiros/GO. In: ENCONTRO DE SUSTENTABILIDADE EM PROJETO (ENSUS), 12., 2024, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: UFMG, 2024.

SOARES, D. O.; SANTOS, A. C.; SILVA, E. B. Análise das classificações supervisionada e não supervisionada com o uso de imagens Landsat 5 TM e RapidEye, e suas contribuições para o mapeamento do uso e cobertura do solo no Parque Nacional das Emas. **Revista Brasileira de Geomática**, Pato Branco, v. 4, n. 2, maio/ago. 2016, p.110-115. DOI: <http://dx.doi.org/10.3895/rbgeo.v4n2.5492>

SOUZA, M. M. O. **Ocupação Fazenda Santa Helena:** acampamento Leonir Orback. Youtube, 3 ago. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4U7Jkgmh55U>>. Acesso em: 26 mar. 2025.

Recebido em 07/04/2025.

Aceito para publicação em 07/07/2025.